



CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.
CNPJ 19.080.515/0001-77

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.185	4.486	
Contas a receber de clientes	7	3.655	3.715	
Estoques		126	141	
Despesas antecipadas		70	7	
Créditos com partes relacionadas	17	16	47	
Tributos a recuperar		342	31	
Outros ativos		3.805	477	
		15.199	8.904	
Não circulante				
Depósitos judiciais		-	9	
Tributos diferidos		1.926	-	
Ativo de direito de uso	8	761	875	
Imobilizado	9	348	313	
Ativo de contrato	10	3.557	3.796	
Intangível	11	1.658	1.622	
		8.259	6.535	
		23.449	15.559	
Total do Ativo				
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		151	153	
Empréstimos e financiamentos	13	237	8.315	
Passivos de arrendamento	13	198	153	
Obrigações tributárias	14	596	237	
Obrigações trabalhistas		703	530	
Ônus da concessão		7	6	
Débitos com partes relacionadas	17	121	90	
Convênio PPP	12	6.614	389	
Outras obrigações		512	2.840	
		9.139	12.324	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	8.009	206	
Passivos de arrendamento	13	642	751	
		8.651	957	
Patrimônio líquido	18			
Capital social		19.814	19.814	
Prejuízos acumulados		(14.155)	(17.536)	
		5.659	2.278	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		23.449	15.559	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstração do resultado. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Receita líquida	19	21.217	22.995	
Custo dos serviços prestados	20	(11.581)	(14.987)	
Lucro bruto		9.636	8.008	
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	21	(7.095)	(5.687)	
Outras receitas operacionais		74	641	
		(7.021)	(5.046)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro		2.615	2.962	
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	22	961	890	
Despesas financeiras	22	(1.601)	(1.570)	
		(640)	(680)	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.975	2.282	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15a	(520)	(516)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15a	1.926	-	
Lucro líquido do exercício		3.381	1.766	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstração do resultado abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
		31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício		3.381	1.766	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Total do resultado abrangente do exercício		3.381	1.766	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
Capital social				
	Realiza- do	A inte- grarizar	Prejuízos Acumulados	Patrim-ônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	20.744	(930)	(19.302)	512
Lucro líquido do exercício	-	-	1.766	1.766
Saldos 31 de dezembro de 2022	20.744	(930)	(17.536)	2.278
Lucro líquido do exercício	-	-	3.381	3.381
Saldos 31 de dezembro de 2023	20.744	(930)	(14.155)	5.659
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstração dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				
		31/12/2023	31/12/2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos tributos sobre o lucro		1.975	2.282	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:				
Depreciação e amortização		462	410	
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos		1.346	1.216	
Perdas de créditos das contas a receber		465	389	
Provisão (reversão) para contingências		-	(1)	
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível		(70)	-	
Receita de construção ativo financeiro - PPP		(6.118)	(9.895)	
Subsídio tarifário - PPP		-	(620)	
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber		(405)	(805)	
Estoques		15	31	
Depósitos judiciais		9	-	
Tributos a recuperar		(413)	(134)	
Despesas antecipadas		(63)	53	
Outros ativos		18	(119)	
Fornecedores		(2)	(27)	
Obrigações tributárias		307	76	
Obrigações trabalhistas		173	168	
Ônus da concessão		1	1	
Partes relacionadas, líquidas		62	(1.369)	
Outras obrigações		123	285	
		(2.115)	(8.059)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(366)	(356)	
Juros pagos		(1.358)	(1.237)	
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		(3.839)	(9.652)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado		(134)	(27)	
Adições ao ativo de contrato e intangível		91	(2.357)	
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		75	-	
Caixa líquido (gerado/não) consumido pelas atividades de investimentos		32	(2.384)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de juros sobre arrendamentos		(167)	(170)	
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos		(262)	(295)	
Parceria Público-Privada - PPP		6.935	11.936	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		6.506	11.471	
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		2.699	(565)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.486	5.051	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.185	4.486	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				

sem contrapartida financeira. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ITPCs") e Orientações Técnicas ("OITPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação OITPC 07, emitida pelo CFC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 25 de março de 2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. 3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática 5 anos
Veículos 5 anos
Beneficiários em imóveis de terceiros 25 anos
Máquinas e equipamentos 10 anos
Móveis e utensílios 10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.4. Ativo de contrato: Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. Intangível: a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica CPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OITPC 05 desse mesmo Comitê (OITPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros: Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ele é reconhecido pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento

da Seguridade Social - COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.10. Provisões: **Geral:** São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos civis, tributários e trabalhistas:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data das transações. Não foram reconhecidos ajustes a valor presente no exercício. 3.12. Receita operacional: i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. 3.13. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. 3.14. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **CPC 50 - Contratos de seguro:** uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. **CPC 23 - Definição de estimativas contábeis:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária. **CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** as alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Concessionária. **Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois):** as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurídica das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Concessionária, pois a Concessionária não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. 3.15. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 06 (R2):** **Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento):** as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. A Concessionária não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. **CPC 26 (R1):** **Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Concessionária. **Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. A Concessionária está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. 4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) **Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) **Receita não faturada:** As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. **Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.12 e 7.5. Gestão de risco financeiro: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Classificação por categoria	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	7.121	7.121	4.450
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	3.655	3.655	3.715
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	-	16	16	47



CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.
CNPJ 19.080.515/0001-77

Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	151	151	153
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	8.246	8.246	8.521
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	840	840	904
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	7	7	6
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	121	121	90

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos e passivos. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas a taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** O risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

		Valor	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo	Risco	contábil	provável	II 25%	III 50%
Equivalentes de caixa	CDI	7.121	7.754	7.912	8.071
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(8.040)	(8.755)	(8.933)	(9.113)
Passivo líquido		(919)	(1.001)	(1.021)	(1.042)
Efeito líquido		(82)	(102)	(123)	(123)
CDI (a.a.)					8,89%

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (valores não descontados):

	Valor	Menos de	Entre um e	Acima de
Em 31 de dezembro de 2023	Contábil	um ano	dois anos	dois anos
Fornecedores	151	151	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.246	237	8.009	-
Passivos de arrendamento	840	198	226	415
Ônus da concessão	7	7	-	-
Débitos com partes relacionadas	121	121	-	-
	9.365	714	8.235	415
Em 31 de dezembro de 2022	Valor	Menos de	Entre um e	Acima de
Fornecedores	153	153	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.521	8.315	197	9
Passivos de arrendamento	904	153	177	574
Ônus da concessão	6	6	-	-
Débitos com partes relacionadas	90	90	-	-
	9.674	8.717	374	583

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 podem ser assim resumidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	8.246	8.521
Passivos de arrendamento (Nota 13)	840	904
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(7.185)	(4.486)
Dívida líquida (a)	1.901	4.939
Total do patrimônio líquido (b)	5.987	2.278
Total do capital (a+b)	7.888	7.217
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	24,10%	68,44%

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos	64	36
Aplicações financeiras	7.121	4.450
	7.185	4.486

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes (a)	3.357	3.105
Clientes - parcelamento (b)	803	918
Pontos arrecadadores (c)	52	22
Perdas de créditos das contas a receber	(557)	(330)
	3.665	3.715

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não apresentaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Faturado	1.583	1.368
Não faturado	829	800
Vencidas		
Até 30 dias	484	413
De 31 a 60 dias	213	178
De 61 a 90 dias	126	112
De 91 a 180 dias	273	330
Mais de 180 dias	704	844
	4.212	4.045

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2023	31/12/2022		
Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido	
Imóveis	1.074	(313)	761	1.323
	1.074	(313)	761	1.323

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	875	102	(216)	761
	875	102	(216)	761

9. Imobilizado

	31/12/2023	31/12/2022		
Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	400	(228)	172
Veículos	20%	71	(59)	12
Máquinas e equipamentos	10%	36	(21)	15
Móveis e utensílios	10%	225	(137)	88
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4%	107	(46)	61
	839	(491)	348	313

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depre- ciação	Bai- classi- ficção	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	133	94	(54)	(4)	172
Veículos	25	-	(13)	-	12
Máquinas e equipamentos	12	6	(3)	-	15
Móveis e utensílios	78	31	(21)	-	88
Beneficiárias em imóveis de terceiros	65	-	(4)	-	61
	313	131	(95)	(4)	348

10. Ativo de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção	3.557	3.796
	3.557	3.796

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/2022	Transfe- rên- cias	Requisi- ções de estoque	Bai- clas- si- ficação	Re- Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	3.796	210	(15)	(430)	(1)
	3.796	210	(15)	(430)	(1)
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2023	
Infraestrutura em construção	1.576	2.246	(26)	3.796	

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

11. Intangível

	31/12/2023	31/12/2022	
Taxa de amor- tização anual	Cus- amortização	Valor	Valor
20%	213	(202)	11
Concessão/Infraestrutura	2.240	(593)	1.647
	2.453	(795)	1.650

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2023 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
PMI - Proposta de Manifestação de Interesse	602	(191)
Estação de Tratamento de Água - ETA	190	(46)
Reservatório	9	(1)
Substituição/Expansão de rede de água	138	(26)
Ligação de água	91	(15)
Ligação de esgoto	62	(10)
Substituição/Expansão de rede de esgoto	177	(54)
Elevatória - esgoto	5	(1)
Emissário	18	(3)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	7	(1)
Máquinas e equipamentos	941	(265)
	2.240	(593)

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2022	Amor- tização	Transfe- rências	Saldos em 31/12/2023
Softwares e aplicativos	12	(3)	2	11
Concessão/Infraestrutura	1.650	132	(149)	1.333
	1.662	132	(151)	1.650

Softwares e aplicativos

	31/12/2023	31/12/2022
Concessão/Infraestrutura	1.661	97
	1.661	97

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **12. Parceria Público-Privada - PPP:** Conforme descreve a ICPC 01 - Contratos de Concessão e considerando as características estabelecidas no contrato de PPP, a infraestrutura construída é bifurcada em: (i) Ativo de contrato, constituído pela realização dos investimentos e baixado quando dos recebimentos das parcelas dos convênios firmados. (ii) Ativo intangível, compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar aos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato. O percentual definido para segregação considerou o plano de investimentos a serem realizados durante o prazo de concessão e os valores recebidos/a receber através dos convênios. O ativo financeiro e o ativo intangível são originados da receita de construção e os investimentos têm como contrapartida o custo de construção. A recomposição tarifária é composta pela diferença de todos os repasses efetuados pela Prefeitura versus todo o investimento no ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou R\$ 6.118 de ativo financeiro (R\$ 9.894 em 31 de dezembro de 2022) e recebeu R\$ 2.400 de contrapartida do convênio PPP (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2022), não tendo reconhecido subsídio tarifário (R\$ 620 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023 o saldo dos repasses recebidos e ainda não investidos é de R\$ 6.614 (R\$ 389 em 2022).

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

	Indexador	Juros	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Financiamentos				
FINAME PSI (a)	6,00% a.a.	206	469	
Capital de giro (b)	CDI	8.040	8.052	
Total de Empréstimos e Financiamentos		8.246	8.521	
Circulante		237	8.315	
Não circulante		8.009	206	
Arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso	15,75% e			
(Vide Nota 8)	15,80% a.a.	840	904	
Circulante		198	153	
Não circulante		642	751	
Endividamento total		9.086	9.425	
Endividamento total - Circulante		435	8.468	
Endividamento total - Não circulante		8.651	957	

(a) FINAME: A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e somam R\$ 2.700 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência de 24 (vinte e quatro) meses para início da amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2024 e 2025. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avaliadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). (b) Capital de giro: O contrato de capital de giro possui valor de crédito de R\$8.000. Este contratado é amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., com vencimento para 2025. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	8.521	8.806
Juros e encargos financeiros	1.209	1.175
Amortização de principal	(262)	(295)
Amortização de juros	(1.222)	(1.165)
Saldo final	8.246	8.521

Arrendamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	904	102
Adições	102	97
Juros e encargos financeiros	137	72
Amortização de principal	(167)	(170)
Amortização de juros	(136)	(72)
Saldo final	840	904

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos	
	31/12/2023	31/12/2022
Dívida		
2024	8.009	197
2025	8.009	206
	8.009	206
	Arrendamentos	
	31/12/2023	31/12/2022
Dívida		
2024	-	177
2025	226	205
2026	262	237
Após 2026	154	132
	642	751

14. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS/CSLL retidos	6	8
ISS	5	22
IRRF	26	27
PIS	84	27
COFINS	392	123
IRPJ	58	16
CSLL	25	14
	596	237

15. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2023	31/12/2022
Ivan Mininel da Silva - Diretor; Gabriela Ferreira Nunes Alves - Contadora - CRC/RJ 100510/O-9 - CPF: 080.376.027-29		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da Concessionária Águas de Paraty S.A. - Rio de Janeiro - RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 25 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S